



2º Simulado Final

CNU

BLOCO 1

Infraestrutura, Exatas e
Engenharia - Pós-Edital

Simulado

2º Simulado Final CNU-BT1 (Infraestrutura, Exatas e Engenharia)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Bloco 1 - Infraestrutura, Exatas e Engenharia do CNU**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/UX9KJpAjCsvJLX3L7>

01 - A B C D E	15 - A B C D E	29 - A B C D E	43 - A B C D E	57 - A B C D E
02 - A B C D E	16 - A B C D E	30 - A B C D E	44 - A B C D E	58 - A B C D E
03 - A B C D E	17 - A B C D E	31 - A B C D E	45 - A B C D E	59 - A B C D E
04 - A B C D E	18 - A B C D E	32 - A B C D E	46 - A B C D E	60 - A B C D E
05 - A B C D E	19 - A B C D E	33 - A B C D E	47 - A B C D E	61 - A B C D E
06 - A B C D E	20 - A B C D E	34 - A B C D E	48 - A B C D E	62 - A B C D E
07 - A B C D E	21 - A B C D E	35 - A B C D E	49 - A B C D E	63 - A B C D E
08 - A B C D E	22 - A B C D E	36 - A B C D E	50 - A B C D E	64 - A B C D E
09 - A B C D E	23 - A B C D E	37 - A B C D E	51 - A B C D E	65 - A B C D E
10 - A B C D E	24 - A B C D E	38 - A B C D E	52 - A B C D E	66 - A B C D E
11 - A B C D E	25 - A B C D E	39 - A B C D E	53 - A B C D E	67 - A B C D E
12 - A B C D E	26 - A B C D E	40 - A B C D E	54 - A B C D E	68 - A B C D E
13 - A B C D E	27 - A B C D E	41 - A B C D E	55 - A B C D E	69 - A B C D E
14 - A B C D E	28 - A B C D E	42 - A B C D E	56 - A B C D E	70 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/8EbK>

CONHECIMENTOS GERAIS**POLÍTICAS PÚBLICAS***Rodrigo Rennó*

01. Qual das seguintes afirmações melhor descreve o conceito de "agenda pública" no contexto das políticas públicas?

- a) Agenda pública é o conjunto de problemas que o governo já resolveu e não necessita mais de atenção.
- b) Agenda pública é o conjunto de problemas que os cidadãos consideram importantes, mas que ainda não foram reconhecidos pelo governo.
- c) Agenda pública é o conjunto de problemas que o governo escolhe para priorizar e resolver em um determinado período.
- d) Agenda pública é o conjunto de políticas públicas que foram implementadas com sucesso pelo governo.
- e) Agenda pública é o conjunto de projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional.

02. De acordo com a classificação de Theodore Lowi, qual das seguintes políticas públicas é um exemplo de política redistributiva?

- a) A implementação de normas de segurança no trabalho pelas empresas.
- b) A construção de uma rodovia federal para melhorar a infraestrutura de transporte.
- c) A concessão de subsídios agrícolas para pequenos produtores rurais.
- d) A criação de um programa de seguro-desemprego financiado por impostos progressivos.
- e) A regulamentação da emissão de poluentes por indústrias.

03. Qual das seguintes abordagens é mais adequada para avaliar a eficácia de uma política pública?

- a) Comparar a alocação orçamentária entre diferentes políticas públicas.
- b) Analisar a opinião pública sobre a política por meio de pesquisas de satisfação.
- c) Verificar se os objetivos e metas da política foram alcançados conforme planejado.
- d) Avaliar a conformidade legal da política com as normas e regulamentos existentes.
- e) Examinar o processo de implementação da política em diferentes regiões do país.

DESAFIOS DO ESTADO**DE DIREITO: DEMOCRACIA E CIDADANIA***Adriane Fauth*

04. Em relação à representação política e participação cidadã, analise os itens abaixo:

- I. Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 60 dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos.
- II. A lei que alterar o processo eleitoral só entrará em vigor um ano após sua promulgação.
- III. Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

Analise os itens acima e assinale:

- a) se somente o item I estiver correto.
- b) se somente o item II estiver correto.
- c) se somente o item III estiver correto.
- d) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- e) se somente os itens II e III estiverem corretos.

05. De acordo com Montesquieu, o filósofo iluminista francês do século XVIII: “É preciso que, pela disposição das coisas, o poder freie o poder.” (Montesquieu, O Espírito das Leis. Adaptado). Essa afirmativa, indica uma importante característica das democracias contemporâneas, expressa corretamente na ideia de

- a) autodeterminação dos povos baseada no direito natural das nações que compartilham uma origem, uma cultura e uma língua comuns.
- b) autoridade do governo sobre uma área com fronteiras claras, dentro da qual ele representa o poder supremo e soberano.
- c) pertencimento a uma comunidade política nacional, com direitos e deveres comuns e responsabilidades sobre os poderes constituídos.
- d) dissociação do poder soberano e sua partição com base nas três funções fundamentais do Estado – a legislativa, a executiva e a judiciária.
- e) controle do território por um governo amparado por um sistema legal e com capacidade de utilizar a força militar para implementar suas políticas.

DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO: DEMOCRACIA E CIDADANIA

Ricardo Torques

06. A Democracia Participativa é um conceito que destaca a importância da participação ativa e direta dos cidadãos nas decisões políticas, indo além da simples escolha de representantes por meio de eleições. Assinale a alternativa correta sobre a participação cidadã e a democracia representativa:

- a) O Estado exercerá a função de planejamento das políticas sociais, assegurada, na forma da lei, a participação da sociedade unicamente nos processos de formulação dessas políticas.
- b) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto, obrigatório e secreto, com valor igual para todos.
- c) A democracia representativa confere um papel secundário às Sociedades Cívicas, limitada a eleições e pressão através de organizações.
- d) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos eleitores.
- e) A iniciativa popular na elaboração de leis pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

07. O desenvolvimento sustentável deve ser uma consequência do desenvolvimento social, econômico e da preservação ambiental. Conforme a Constituição Federal, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público, EXCETO:

- a) Definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção
- b) controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;
- c) exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, sendo facultativo a publicidade do documento;
- d) promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente
- e) Sujeitar os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados, quando as condutas e atividades sejam consideradas lesivas ao meio ambiente.

ÉTICA E INTEGRIDADE

Antônio Daud

08. Em relação à proteção conferida aos direitos fundamentais e aos direitos humanos pela legislação de transparência, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.
- b) As informações pessoais poderão ter autorizada sua divulgação diante de consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem, o qual não será exigido quando as informações forem necessárias à defesa de direitos humanos.
- c) Destruir, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado constitui conduta ilícita que enseja responsabilidade do agente público ou militar.
- d) Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.
- e) São consideradas informações de interesse público abrangidas pelo acesso à informação aquelas cuja divulgação ou acesso irrestrito possam pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população.

09. Em relação aos prazos previstos na Lei 14.129/2021 e às definições aplicáveis aos processos de Governo Digital, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) as ferramentas de notificação do usuário por meio eletrônico conservarão os dados de envio e de recebimento por, pelo menos, 8 anos.
- b) no caso de indeferimento de abertura de base de dados, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 dias, contado de sua ciência.
- c) havendo interposição de recurso quanto ao indeferimento de abertura de base de dados, a autoridade competente deverá manifestar-se no prazo de 5 dias.
- d) plataformas de governo digital consistem em ferramentas digitais e serviços comuns aos órgãos, normalmente ofertados de forma centralizada e compartilhada, necessárias para a oferta digital de serviços e de políticas públicas.
- e) registros de referência representam informação íntegra e precisa oriunda de uma ou mais fontes de dados, centralizadas ou descentralizadas, sobre elementos fundamentais para a prestação de serviços e para a gestão de políticas públicas.

DECRETO Nº 1.171/1994; DECRETO Nº 9.203

Tiago Zanolla

10. Durante uma apresentação sobre programas de integridade no serviço público, os servidores discutiam a importância de adotar medidas eficazes para prevenir fraudes e atos de corrupção. O instrutor apresentou os eixos estruturais de um programa de integridade.

De acordo com o Decreto n. 9.203/2017, quais são os eixos estruturais de um programa de integridade a ser instituído pelos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional?

- a) Comprometimento e apoio da alta administração, existência de unidade responsável, análise e avaliação dos riscos e participação dos servidores.
- b) Comprometimento e apoio da alta administração, existência de unidade responsável, gestão dos riscos associados à integridade e criação de um comitê de ética.
- c) Comprometimento e apoio da alta administração, existência de unidade responsável, análise, avaliação e gestão dos riscos associados ao tema da integridade, e monitoramento contínuo dos atributos do programa de integridade.
- d) Comprometimento e apoio da alta administração, participação dos servidores, avaliação de desempenho e gestão dos riscos.
- e) Existência de unidade responsável, análise, avaliação e gestão dos riscos associados à integridade, monitoramento contínuo e auditoria interna.

TRANSPARÊNCIA E IMPARCIALIDADE NOS USOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ÂMBITO DO SERVIÇO PÚBLICO

Fernando Pedrosa

Acerca de **Transparência e imparcialidade nos usos da inteligência artificial no âmbito do serviço público**, julgue os itens subsequentes.

11. Qual das seguintes ações estratégicas está incluída na governança de IA conforme a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial?

- a) Reduzir os investimentos em tecnologias emergentes
- b) Promover o desenvolvimento de padrões voluntários e consensuais
- c) Limitar a colaboração internacional em IA
- d) Desestimular a adoção de IA no setor privado
- e) Centralizar o controle de IA nas mãos do governo

DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA SOCIEDADE

Géssica Ehle

12. O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), aprovado pelo Decreto nº 7.037/2009, é uma iniciativa do governo que visa enfrentar a violência, a discriminação e a impunidade. Através de diretrizes e ações específicas, o PNDH-3 promove a inclusão social, a igualdade de gênero, e os direitos fundamentais como saúde e educação. Ele desempenha um papel crucial na construção de uma sociedade mais justa e democrática. Pode-se afirmar que o Eixo Orientador III do PNDH-3, sobre garantia da igualdade na diversidade:

- a) Possui como ação programática realizar campanhas e ações educativas para incluir plenamente as mulheres no processo de desenvolvimento do País.
- b) Possui como ação programática apoiar e valorizar a associação das mulheres quebradeiras de coco, protegendo e promovendo a continuidade de seu trabalho extrativista.
- c) A ação de incluir nos instrumentos e relatórios de políticas culturais a temática dos Direitos Humanos é de responsabilidade da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
- d) Possui como ação programática desenvolver ações intersetoriais para capacitação temporária de cuidadores de pessoas idosas.
- e) A ação de garantir recursos didáticos e pedagógicos para atender às necessidades educativas especiais é de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego.

13. O Tribunal Penal Internacional, órgão independente, foi criado para julgar indivíduos acusados da prática de crimes de grave violação a Direitos Humanos. Trata-se dos crimes de:

- a) Crimes dolosos contra a vida.
- b) Terrorismo e tráfico humano.
- c) Crimes contra humanidade, agressão, genocídio e crime de guerra.
- d) Tráfico de drogas.
- e) Homicídios

14. Os vinte e nove Princípios de Yogyakarta foram elaborados por especialistas em Direitos Humanos em Yogyakarta, na Indonésia. Sobre tal regramento de natureza *soft law*, tem-se que apresenta como finalidade:

- a) promover a igualdade e combate à discriminação por orientação sexual.
- b) promover a igualdade racial e o combate à discriminação.
- c) proteger os indivíduos em processo de ressocialização.
- d) promover a igualdade entre homem e mulher.
- e) promover o respeito aos Direitos Humanos inerentes à mulher.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, MEIO AMBIENTE E MUDANÇA CLIMÁTICA.

André Rocha

15. Leia o texto a seguir para responder à questão.

“O aumento da intensidade e da frequência de eventos extremos são apontados como consequências da mudança do clima, que é provocada pela ação humana pela emissão de gases de efeito estufa (GEE). As projeções mais recentes do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) também apontam enchentes compostas e precipitações intensas causadas por múltiplas condições climáticas, atribuídas à influência humana.

Na avaliação do físico e professor da Universidade de São Paulo (USP), Paulo Artaxo, o trágico episódio de chuvas torrenciais concentradas sobre o Rio Grande do Sul nos últimos dias pode ser considerado a materialização do aumento da frequência e da intensidade de eventos extremos previstos pelo IPCC. ‘Não há dúvida que esse aumento de enchentes, essas chuvas muito torrenciais, são definitivamente associadas com as mudanças climáticas e a aceleração dessas mudanças no nosso planeta inteiro’, afirma o cientista, que é um dos mais expoentes pesquisadores brasileiros sobre o tema. ‘O aumento da intensidade e da frequência de eventos climáticos extremos está ocorrendo no mundo todo. Não é somente no Rio Grande do Sul. Em São Paulo, com essa onda de calor que já dura duas semanas completamente atípica para o mês de abril e maio. Chuvas torrenciais - têm sido registradas - em vários locais do planeta’, complementa Artaxo.

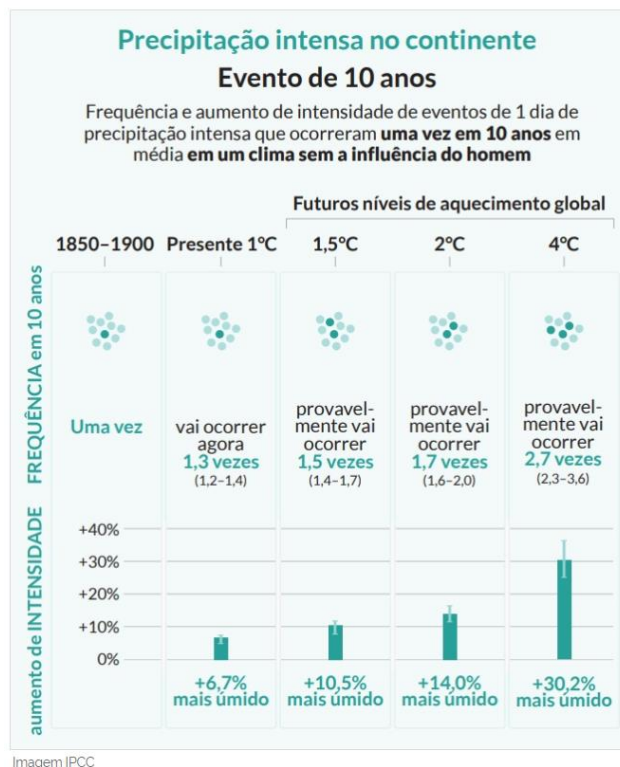
De acordo com recentes estudos de atribuição do World Weather Attribution, que são elaborados por uma rede internacional de cientistas, a mudança do clima foi o principal fator que potencializou a ocorrência de eventos extremos de chuvas. Entre os episódios analisados neste ano estão as ocorrências em Omã e Emirados Árabes Unidos, Filipinas e Irlanda. No extremo oposto, a mudança do clima também foi o principal fator da seca histórica na Amazônia em 2023, que atingiu nível excepcional.

Aumento da intensidade - No Relatório Síntese de 2023 do IPCC, há projeção de aumento de episódios de precipitação intensa para a região sudeste da América do Sul e no Relatório A Base Científica de 2021 está indicada

a relação entre o aumento da temperatura média global e a projeção de frequência e intensidade de eventos extremos.”.

Fonte: Não há dúvida que esses eventos extremos são associados à mudança do clima, afirma cientista. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2024/05/nao-ha-duvida-que-esses-eventos-extremos-sao-associados-a-mudanca-do-clima-afirma-cientista>

Agora, observe a imagem a seguir, presente no mesmo texto:



De acordo com o Relatório do Estado do Clima Global, publicado em março deste ano pela Organização Meteorológica Mundial (WMO), a temperatura média global em 2023 ficou 1,45°C mais quente, comparada aos níveis pré-industriais, e muito próxima do limite de 1,5°C. No ano passado, o planeta quebrou todos os recordes dos indicadores climáticos, com oceanos mais aquecidos. Os dados apontam para a necessidade de ação imediata, profunda e consistente de redução de emissões de GEE e de implementação de medidas de adaptação à mudança do clima.

Assinale a alternativa que traz uma típica medida de adaptação à mudança do clima.

- a) Mudança tecnológica que substitui um queimador a gás natural por um que funciona a energia fotovoltaica.
- b) Redução do uso de recursos e emissões de gases de efeito estufa por unidade de produção de uma indústria de alumínio.
- c) Aumento das áreas de sumidouros por meio de políticas públicas de proteção de áreas estratégicas.
- d) Melhoria dos sistemas de alertas e de defesa civil por parte dos estados e municípios.
- e) Troca da frota automobilística de modo a reduzir a participação de carros que funcionam a combustíveis fósseis e aumentar a participação de carros elétricos.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Herbert Almeida

16. Maria, servidora pública federal, respondeu a processo administrativo disciplinar, sofrendo ao final a pena de demissão. Inconformada, Maria ingressou com a ação judicial competente em face do ato praticado pelo Ministro correspondente. Dentre outros argumentos, alegou que não foi intimada do relatório final da comissão processante. Logo, teria havido nulidade no processo administrativo por ofensa às garantias do contraditório e da ampla defesa. Com base na Lei nº 8.112/1990 e na jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta:

- a) a falta de intimação do servidor público, após a apresentação do relatório final pela comissão processante, em processo administrativo disciplinar, não configura ofensa às garantias do contraditório e da ampla defesa, ante a ausência de previsão legal.
- b) apresentada a defesa no processo administrativo, a comissão elaborará relatório conclusivo e procederá ao julgamento da servidora, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

- c) o prazo para decisão do processo administrativo é de trinta dias, contados do recebimento pela autoridade julgadora, sendo que o julgamento fora do prazo implicará nulidade da sanção aplicada.
- d) a aplicação da penalidade admite revisão, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido, ou a inadequação da penalidade aplicada ou, ainda, a imposição de pena mais grave.
- e) a ausência de intimação do servidor, acerca do relatório final da comissão processante, importa em ofensa aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

17. Determinada autoridade pública planejava propor a criação de entidades administrativas para o exercício descentralizado de algumas atividades estatais. Para tanto, consultou a sua assessoria jurídica, recebendo corretamente a informação de que são características comuns das empresas públicas e das sociedades de economia mista (empresas estatais), mas que se distinguem das características das autarquias e das fundações públicas:

- a) a desnecessidade de provimento mediante concurso público e a aplicação do regime de pessoal celetista.
- b) a não aplicação do teto constitucional remuneratório aos seus agentes.
- c) a previsão constitucional de regime licitatório especial para firmar contratos de obras, serviços, compras e alienações.
- d) a desnecessidade de prestar contas ao Tribunal de Contas.
- e) o patrimônio constituído por bens públicos.

FINANÇAS PÚBLICAS*Celso Natale*

18. Indique a opção que NÃO pode ser considerada como uma das funções essenciais do Estado.

- a) Reduzir gargalos e fricções por meio de investimentos em infraestrutura.
- b) Utilizar regressividade tributária e transferências para a população de baixa renda.
- c) Promover o controle da inflação por meio da política monetária do Banco Central.
- d) Regular o nível da demanda agregada, contribuindo para aumentar o emprego dos fatores de produção.
- e) Prover educação financeira para a população em geral.

19. A descentralização fiscal, com governos locais e um governo central obtendo partes da arrecadação tributária, tem diversas vantagens potenciais. Assinale a alternativa que NÃO contém uma dessas vantagens.

- a) o governo central adote políticas macroeconômicas, de distribuição de renda, de segurança nacional e outras que sejam uniformes em todo o país.
- b) os governos locais compitam entre si na oferta de certos bens públicos à população.
- c) as regiões estabeleçam tarifas alfandegárias para os produtos de outras regiões do país, levando ao desenvolvimento local.
- d) pelo menos uma parte da arrecadação tributária reflita as preferências regionais e locais, mais facilmente captadas pelos governantes locais.
- e) a população participe e fiscalize mais diretamente o uso dos recursos públicos locais.

NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO*Leandro Ravyelle*

20. Durante uma crise fiscal, o Estado de Santa Cruz está enfrentando dificuldades para financiar suas responsabilidades constitucionais, como educação e saúde. O governo estadual está considerando solicitar uma maior participação nos tributos arrecadados pela União para aumentar suas receitas. Baseando-se nos princípios do federalismo fiscal no Brasil, assinale a alternativa correta sobre a distribuição de receitas entre os entes federados.

- a) A União tem autonomia para decidir a qualquer momento e de forma unilateral a distribuição dos tributos federais entre os Estados e Municípios, conforme sua conveniência fiscal.
- b) O Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) são instrumentos de redistribuição de receitas, pois transfere para áreas menos desenvolvidas uma parcela dos recursos arrecadados em áreas mais desenvolvidas.
- c) O federalismo fiscal brasileiro impede que os Estados e Municípios recebam qualquer repasse direto de receitas oriundas de impostos federais, devendo os entes locais gerar todas as suas receitas de forma autônoma.
- d) As contribuições sociais arrecadadas pela União, como a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), são integralmente redistribuídas aos Estados e Municípios conforme o critério da proporcionalidade populacional.
- e) A Constituição Federal permite a transferência voluntária de receitas entre a União, Estados e Municípios, desde que estas sejam aprovadas pelo Senado Federal, sem necessidade de regulamentação específica.

EIXO TEMÁTICO 1**GESTÃO GOVERNAMENTAL***Elisabete Moreira*

21. As recentes chuvas no Rio Grande do Sul tiveram impactos significativos sobre a produção agrícola do estado, especialmente em suas principais culturas: soja, milho, trigo e arroz. Segundo levantamentos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e relatórios de instituições locais como a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS) e o Instituto Riograndense do Arroz (Irga), as chuvas intensas e inundações afetaram áreas consideráveis de plantio, resultando em perdas substanciais de produtividade e no comprometimento de lavouras ainda a serem colhidas.

As conclusões desse estudo apontam que apesar de as chuvas serem um fenômeno recente, e de impactarem moderadamente a produção das quatro culturas analisadas no Rio Grande do Sul, no agregado, já existem algumas evidências concretas de queda no PIB agropecuário na ordem de 0,47 p.p. O PIB do setor, estimado pela equipe da Dimac anteriormente em 0,73% em 2024, caiu para 0,26%, mostrando a relevância dos grãos para a economia (texto extraído com adaptações do repositório IPEA gov.br – Carta Conjuntura - NÚMERO 63 — NOTA DE CONJUNTURA 30 — 2º TRIMESTRE DE 2024).

Levando-se em consideração o texto acima, acerca das boas práticas de governança na administração pública, diante da conjuntura atual, avalie as alternativas e aponte a correta.

a) Em contextos organizacionais complexos, a exemplo dos fatos narrados acima, a administração que busca resultados pode se adaptar para lidar com as incertezas e ambiguidades aumentando o controle centralizado, com vistas a melhorar os resultados.

b) Um dos principais objetivos para a busca de resultados melhores, relacionados ao PIB agropecuário, é fortalecer o controle burocrático e incentivar a participação do cidadão visando promover um novo planejamento de ações que possa ajudar a tirar o Estado do RGS da crise.

c) Na administração pública, a eficiência operacional pode ser alcançada pela adoção de um planejamento estratégico detalhado e pela utilização de indicadores de desempenho bem definidos.

d) O indicador OKR, definido no planejamento estratégico, pode ser desdobrado em no máximo 10 metas quantificáveis, pois um número acima desse pode comprometer o foco de atuação.

e) No caso em tela, com vistas a promover uma estratégia equilibrada, a partir das perspectivas do BSC (balanced scorecard), a administração deveria focar em estratégias de aumento do PIB, redução dos tempos de ciclo de produção e aumento do plantio de grãos.

22. A recente mudança de gestão no governo federal brasileiro alterou as prioridades das políticas públicas; com isso, os ODS voltaram a estar alinhados com o planejamento governamental, particularmente com o PPA 2024-2027. Em especial, o ODS 13: Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos - relaciona-se com o atual plano desde sua visão de futuro e objetivos estratégicos até a adoção de uma Agenda Transversal Ambiental e a interação com vários programas do PPA. (...)

A agenda ambiental é a mais abrangente entre as cinco previstas no PPA 2024-2027 (crianças e adolescentes, mulheres, igualdade racial e povos indígenas) e, quiçá, a mais ambiciosa, estando presente em 44 dos 88 programas do plano, com metas objetivas a serem alcançadas nos próximos quatro anos. Algumas dessas metas possuem amplitudes geográficas e impactos para as comunidades beneficiadas bastante expressivos, bem como recursos financeiros e institucionais volumosos. (Texto extraído do epositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14137/1/Agenda_2030_ODS_13_Tomar_medidas_urgentes_para_combater.pdf – com adaptações)

Levando-se em consideração que diversas atividades estão sendo executados e projetos estão sendo viabilizados, no âmbito do governo federal, para o alcance das metas propostas, analise as afirmativas a seguir e assinale a opção correta.

- a) Os projetos visam definir um futuro para a organização, ao passo que os processos têm o papel de transformar ideias em ações concretas.
- b) O portfólio designa uma carteira de projetos que pode compreender um grupo ou todos os projetos interdependentes da organização.
- c) A avaliação de processo, vinculada ao desempenho de atividades de execução, pode ser medida em dias de demora de um processo de compra de um insumo, por exemplo.
- d) A fase de iniciação de um projeto compreende os processos responsáveis pelo refinamento do

objetivo e pela definição da linha de ação e dos requisitos.

- e) Definir os stakeholders e analisar suas expectativas para que seus impactos não comprometam a execução do projeto são processos relativos ao gerenciamento do escopo de um projeto.

23. Diante de uma situação de impasse, um gerente de determinada área tentou resolver o conflito entre duas equipes de trabalho. No entanto, ele não conhecia a razão do conflito, tampouco as normas e papéis que permeavam o trabalho da outra equipe que já apresentava um conflito manifestado. Acerca da gestão de conflitos e do trabalho em equipe, aponte a alternativa correta.

- a) O estilo de resolução de conflito de transigência é adequado quando os objetivos de ambos os lados são igualmente importantes, os componentes têm igual poder e ambos os lados querem reduzir as diferenças.
- b) Na constituição de equipes de trabalho, o propósito é que o desempenho individual de seus membros impacte positivamente o ambiente organizacional.
- c) Os conflitos podem ser abordados segundo a abordagem estrutural, de processo e mista. A abordagem estrutural ocorre quando uma das partes procura reduzir o conflito pela intervenção no episódio do conflito.
- d) No desenvolvimento de equipes, o estágio do tumulto ou tormenta apresenta conflito entre os estilos individuais, em que os membros aprendem a apreciar suas diferenças.
- e) A estratégia de solução de conflito que ocorre através da negociação distributiva busca a satisfação de ambas as partes.

GESTÃO DE RISCOS*Rodrigo Rennó*

24. Na gestão de riscos, a estratégia de transferência do risco é mais comumente associada a:

- a) Implementação de medidas preventivas para reduzir a probabilidade do risco.
- b) Criação de um fundo de contingência para cobrir perdas financeiras em caso de ocorrência do risco.
- c) Aquisição de um seguro para transferir a responsabilidade financeira do risco para uma seguradora.
- d) Aceitação do risco e monitoramento constante para identificar mudanças em seu potencial de impacto.
- e) Eliminação completa da atividade ou processo que gera o risco.

25. Qual das seguintes ações é um exemplo de estratégia de mitigação de riscos em um projeto de políticas públicas?

- a) Ignorar riscos considerados pouco prováveis e focar apenas nos mais críticos.
- b) Transferir a responsabilidade de riscos para uma seguradora.
- c) Estabelecer planos de contingência para lidar com riscos identificados.
- d) Evitar a execução de atividades que possam apresentar qualquer nível de risco.
- e) Avaliar os riscos apenas na fase final do projeto para minimizar custos.

26. Na gestão de riscos, o termo "apetite ao risco" se refere a:

- a) Quantidade de risco que uma organização está disposta a aceitar em busca de seus objetivos.
- b) Probabilidade de um evento de risco ocorrer em um determinado período de tempo.

c) Impacto financeiro máximo que um evento de risco pode causar em uma organização.

d) Processo de identificação, análise e avaliação de riscos potenciais.

e) Conjunto de medidas preventivas implementadas para reduzir a probabilidade de ocorrência de riscos.

SUSTENTABILIDADE DAS CONTRATAÇÕES*André Rocha*

27. A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) trouxe inovações importantes em relação à sustentabilidade. Em relação às disposições dessa lei sobre sustentabilidade, assinale a alternativa incorreta:

- a) O edital poderá prever a responsabilidade do contratado pela obtenção do licenciamento ambiental.
- b) Os licenciamentos ambientais de obras e serviços de engenharia licitados e contratados nos termos da referida Lei têm prioridade de tramitação.
- c) As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar as normas relativas a mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no edital de licitação.
- d) Nas contratações de obras e serviços de engenharia, sempre que a responsabilidade pelo licenciamento ambiental for da Administração, a manifestação prévia ou licença prévia, quando cabíveis, devem ser obtidas antes da divulgação do edital.
- e) O atraso na obtenção da licença ambiental ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto, constitui motivo para extinção do contrato.

**CONTROLES INTERNOS E EXTERNOS E
LGPD***Antônio Daud*

28. Assinale abaixo a alternativa que apresenta apenas instrumentos do controle interno:

- a) auditoria realizada pelo Tribunal de Contas, reclamação administrativa e recurso hierárquico impróprio.
- b) homologação de processo licitatório, mandado de segurança determinando a suspensão de concurso público e pedido de reconsideração na via administrativa
- c) comissão parlamentar de inquérito, sindicância patrimonial e recurso hierárquico próprio.
- d) auditoria realizada pelo órgão central de controle interno, homologação de processo licitatório, revisão de penalidade aplicada.
- e) convocação de autoridade pela Câmara dos Deputados, auditoria financeira realizada pelo órgão central de controle interno e revogação de ato administrativo.

29. Em relação ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) é obrigatória a divulgação centralizada no PNCP dos atos exigidos pela Lei 14.133/2021.
- b) é obrigatoriamente destinado à realização das contratações pelos órgãos públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos.
- c) o Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas é presidido por um dos três representantes indicados pelo Presidente da República.
- d) o PNCP deverá conter as atas de registro de preços.
- e) o PNCP adotará o formato de dados abertos e observará as exigências previstas na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

30. Quanto ao tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes, é correto afirmar que:

- a) deverá ser realizado com o consentimento específico e em destaque dado por ambos os pais ou responsáveis legais.
- b) poderão ser coletados dados de crianças sem consentimento quando a coleta for necessária para contatar os pais ou o responsável legal, devendo ser imediatamente utilizados ou armazenados para uso futuro.
- c) poderão ser coletados dados de crianças sem consentimento para sua proteção, podendo ser livremente repassados a terceiro.
- d) a participação de crianças em jogos online fica condicionada ao amplo fornecimento de suas informações pessoais.
- e) o controlador deve realizar todos os esforços razoáveis para verificar que o consentimento foi efetivamente dado pelo responsável pela criança, consideradas as tecnologias disponíveis.

EIXO TEMÁTICO 2**POLÍTICAS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO***Jonathan Roitman*

31. Segundo o Art. 15-A do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (LEI Nº 13.243, DE 11 DE JANEIRO DE 2016), a ICT de direito público deverá instituir sua política de inovação, dispondo sobre a organização e a gestão dos processos que orientam a transferência de tecnologia e a geração de inovação no ambiente produtivo, em consonância com as prioridades da política nacional de ciência, tecnologia e inovação e com a política industrial e tecnológica nacional.

Tal política deverá estabelecer diretrizes e objetivos:

- a) estratégicos de atuação institucional no ambiente produtivo local, regional, nacional ou internacional
- b) de empreendedorismo, de gestão de incubadoras e de participação nas Organizações não governamentais
- c) para extensão tecnológica e prestação de serviços educacionais
- d) para compartilhamento e permissão de uso por terceiros apenas de seus laboratórios e equipamentos
- e) de gestão da propriedade intelectual e de transferência de tecnologia

LEGISLAÇÃO SOBRE DIREITOS AUTORAIS, PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL E PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO DE INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS, LETRA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO, CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO, CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. LEI Nº 10.931/2004 E ALTERAÇÕES*Cadu Carrilho*

32. Títulos de créditos típicos são aqueles em que há legislação específica estipulando regramentos e instituindo o título. A Lei nº 10.931 de 2004 trata das Cédulas de Crédito Cédula de Crédito Imobiliário - CCI, das Letras de Crédito Imobiliário - LCI e das Cédulas de Crédito Bancário - CCB. Sobre esses títulos e a previsão contida na citada lei, marque a opção correta:

- a) A) A LCI poderá ser emitida sob a forma escritural, por meio do lançamento em sistema eletrônico do emissor, e deverá ser registrada ou depositada em entidade autorizada pelo Banco Central do Brasil a exercer a atividade de registro ou de depósito centralizado de ativos financeiros.
- b) B) A CCI será emitida pelo credor do crédito imobiliário e poderá ser integral, quando representar a totalidade do crédito, ou fracionária, quando representar parte dele, podendo a soma das CCI fracionárias emitidas em relação a cada crédito exceder o valor total do crédito que elas representam em no máximo dez por cento.
- c) C) A CCI não poderá ser emitida sem garantia, podendo a garantia ser real ou fidejussória, sob a forma escritural ou cartular.
- d) D) A Cédula de Crédito Bancário é título de crédito emitido, por pessoa física ou jurídica, em favor de instituição financeira ou de entidade a esta equiparada, representando ordem de pagamento em dinheiro, decorrente de operação de crédito, de qualquer modalidade.
- e) E) A LCI e a CCI só podem ser emitidas quando caracterizado vínculo entre ambas.

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO*Paulo Sousa*

33. A Lei nº 11.952/2009 dispõe sobre a regularização fundiária de ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal. Qual dos seguintes objetivos não está diretamente associado a essa lei?

- a) Facilitar a regularização de posses rurais em áreas da União na Amazônia Legal.
- b) Promover a preservação ambiental e o uso sustentável das terras regularizadas.
- c) Conceder títulos de propriedade a grandes latifundiários sem critérios de ocupação.
- d) Estimular o desenvolvimento econômico e social nas áreas regularizadas.
- e) Garantir segurança jurídica aos possuidores e promover a paz no campo.

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E RESOLUÇÕES CONAMA*André Rocha*

34. Considerando a legislação ambiental em vigor no Brasil, assinale a alternativa correta.

- a) Entre as penas restritivas de direito de pessoa física para crimes cometidos contra o meio ambiente, encontra-se o recolhimento domiciliar, que se baseia na autodisciplina e senso de responsabilidade do condenado, que deverá, sob vigilância, trabalhar ou frequentar curso, permanecendo recolhido nos dias e horários de folga em residência ou em qualquer local destinado a sua moradia habitual, conforme estabelecido na sentença condenatória.
- b) A Estação Ecológica é uma categoria de unidade de conservação de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas.

c) É dever do detentor da servidão ambiental, entre outras obrigações estipuladas no contrato, o de manter a área sob servidão ambiental.

d) Os fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes e consumidores de pilhas e baterias são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos.

e) A agência reguladora dos serviços de saneamento deve estabelecer regramento para conciliação do sistema unitário com o sistema separador absoluto.

SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL*Paulo Sousa*

35. O Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964) foi criado com o objetivo de promover a reforma agrária no Brasil. Qual dos seguintes princípios não está diretamente associado aos objetivos do Estatuto da Terra?

- a) Promover a redistribuição de terras improdutivas.
- b) Incentivar a exploração agrícola racional e sustentável.
- c) Garantir a propriedade privada absoluta e irrestrita.
- d) Melhorar as condições de vida no campo e aumentar a produtividade agrícola.
- e) Assegurar assistência técnica e crédito agrícola aos trabalhadores rurais.

LEI Nº 12.111/2009 E ALTERAÇÕES (DISPÕE SOBRE OS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA NOS SISTEMAS ISOLADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS)*Thais Martins*

- 36.** Qual das alternativas abaixo descreve corretamente o que está disposto na Lei nº 12.111/2009 sobre contratos de suprimento de energia elétrica nos Sistemas Isolados?
- a) A) Os contratos de suprimento de energia elétrica vigentes em 30 de julho de 2009 podem ser aditados para prorrogação de prazo e aumento das quantidades sem restrições.
 - b) B) Os contratos de suprimento de energia elétrica nos Sistemas Isolados podem ser prorrogados por até 48 meses, conforme determinação da Aneel.
 - c) C) Os contratos de suprimento de energia elétrica vigentes em 30 de julho de 2009 não podem ser aditados para prorrogação de prazos ou aumento de quantidades, exceto em caso de comprometimento do suprimento, com aditamento limitado a 36 meses.
 - d) D) A Lei nº 12.111/2009 permite a prorrogação ilimitada dos contratos de suprimento de energia elétrica nos Sistemas Isolados, conforme necessidade das partes envolvidas.
 - e) E) A Lei nº 12.111/2009 não menciona restrições quanto a aditamentos de contratos de suprimento de energia elétrica nos Sistemas Isolados.

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO*Núbia Ferreira*

- 37.** Um município brasileiro, ao rever seu Plano Diretor, discute o tratamento a ser dado aos agentes públicos e privados que participam na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização. A Lei Federal nº 10.257/2001, que instituiu o Estatuto da Cidade, estabelece, em suas diretrizes (artigo 2º, XVI) que será observada, entre esses agentes,
- a) isonomia entre agentes privados e prioridade para agentes públicos.
 - b) isonomia de condições entre agentes públicos e privados, atendido o interesse social.
 - c) prioridade para associações comunitárias e isonomia entre os demais agentes públicos e privados.
 - d) prioridade para os agentes públicos e associações comunitárias, em relação a agentes privados empresariais
 - e) prioridade para os agentes públicos, não se definindo distinção entre agentes privados empresariais e associações comunitárias

REGIME DE CONCESSÃO E PERMISSÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS (LEI Nº 8.987/1995 E ALTERAÇÕES) E NORMAS PARA OUTORGA E PRORROGAÇÕES DAS CONCESSÕES E PERMISSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS (LEI Nº 9.074/1995 E ALTERAÇÕES)*Herbert Almeida*

38. Suponha que a União tenha celebrado contrato de concessão de serviços públicos de transporte coletivo com a empresa Ônibus S.A. Após diversas reclamações de usuários sobre a má qualidade do serviço, como atrasos constantes, veículos em más condições e descumprimento de rotas, a União realizou uma auditoria preliminar e constatou indícios de inadequação na prestação do serviço. Diante dessa situação, a administração federal está avaliando as medidas cabíveis para assegurar a correta execução do contrato de concessão. Com base na legislação vigente e na jurisprudência atualizada, é correto afirmar que a União:

- a) pode apenas aplicar uma multa à concessionária, sendo necessário aguardar o término do prazo de concessão para extinguir o contrato e realizar nova licitação.
- b) tem o direito de intervir na concessão, mediante lei autorizativa específica, devendo apurar os fatos em processo administrativo.
- c) está autorizada a intervir, por prazo indeterminado, na concessão, considerando que se trata de prerrogativa do poder concedente, até que todos os problemas sejam apurados e resolvidos.
- d) deve assegurar à concessionária o direito ao contraditório e à ampla defesa antes de decretar a intervenção.
- e) desde que sejam cumpridos os requisitos legais, poderá intervir na concessão, mediante decreto do Chefe do Poder Executivo, e, não sendo hipótese de extinção da concessão, a administração do serviço retornará à concessionária, ao término da intervenção, com prestação de contas do interventor.

LEI Nº 9.427/1996 E ALTERAÇÕES*Mariana Moronari*

39. Conforme a Lei nº 9.427/1996, assinale a alternativa correta acerca das atribuições e da organização da Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL.

- a) A) A ANEEL é uma autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com sede e foro no Distrito Federal e prazo de duração determinado.
- b) B) A ANEEL tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, a transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes estaduais.
- c) C) Compete à ANEEL aprovar as regras e os procedimentos de comercialização de energia elétrica, contratada exclusivamente na forma regulada.
- d) D) O Diretor-Geral e os Diretores da ANEEL serão nomeados pelo Presidente da República para cumprir mandatos coincidentes de 5 anos. A nomeação dos membros da Diretoria Colegiada dependerá de prévia aprovação do Senado Federal.
- e) E) Compete à ANEEL implementar as políticas e diretrizes do governo federal para a exploração da energia elétrica e o aproveitamento dos potenciais hidráulicos.

**LEGISLAÇÃO RELATIVA À ENERGIA
ELÉTRICA (LEIS Nº 10.438/2002, 10.848/2004,
12.111/2009 E 12.783/2013)***Nick Simonek*

- 40.** A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) atua nas operações de compra e venda de energia, assumindo importante papel no Setor Elétrico. A atribuição dessa instituição é
- a) analisar a carga de energia e de demanda dos agentes envolvidos na comercialização.
 - b) promover a medição e o registro dos dados de geração e consumo dos agentes envolvidos na comercialização.
 - c) operar de forma sistêmica a rede de transmissão e despachar a geração dos agentes envolvidos na comercialização.
 - d) regular e fiscalizar a geração, a transmissão, a distribuição e a comercialização da energia elétrica.
 - e) coordenar e controlar a operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional.

EIXO TEMÁTICO 3**GESTÃO AMBIENTAL E TEMAS
CORRELATOS***André Rocha*

- 41.** A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), instituída pela Lei nº 6.938/1981, tem como objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. Entre os instrumentos previstos na PNMA encontram-se os econômicos, a exemplo da servidão ambiental.

São deveres do detentor da servidão ambiental, entre outras obrigações estipuladas no contrato:

- a) manter a área sob servidão ambiental.
- b) prestar contas ao órgão ambiental sobre as condições dos recursos naturais ou artificiais.
- c) permitir a inspeção e a fiscalização da área pelo órgão ambiental.
- d) defender a posse da área serviente, por todos os meios em direito admitidos.
- e) documentar as características ambientais da propriedade.

42. A Constituição Federal assegura o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público, entre outras competências, a de exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental (EIA), a que se dará publicidade.

Sobre o EIA, assinale a alternativa correta:

- a) É exigido para toda atividade que tenha potencial de causar degradação ambiental.
- b) Pode ser substituído pelo Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (RIMA) nos licenciamentos ambientais simplificados.
- c) Deve desaconselhar a alternativa menos favorável ao projeto.
- d) Deve contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização do projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto.
- e) Deve conter um diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto, considerando, entre outros fatores, o meio físico, composto pela fauna, a flora, destacando as espécies indicadoras da qualidade ambiental, de valor científico e econômico, raras e ameaçadas de extinção e as áreas de preservação permanente.

43. A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e as ações dela decorrentes, executadas sob a responsabilidade dos entes políticos e dos órgãos da administração pública, devem observar os princípios da precaução, da prevenção, da participação cidadã, do desenvolvimento sustentável e o das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, este último no âmbito internacional.

Os instrumentos institucionais para a atuação da Política Nacional de Mudança do Clima incluem, exceto:

- a) O Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima.
 - b) a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.
 - c) o Fórum Brasileiro de Mudança do Clima.
 - d) o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM)
 - e) a Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia.
-

44. Muitas organizações buscam maneiras de entender, demonstrar e melhorar o seu desempenho ambiental, o que pode ser obtido por meio da gestão eficaz dos elementos de suas atividades, produtos e serviços que possam impactar significativamente o meio ambiente.

A NBR ISO 14.031:2015 estabelece um processo chamado de avaliação de desempenho ambiental (ADA), que permite que as organizações possam medir, avaliar e comunicar o seu desempenho ambiental por meio de indicadores-chave de desempenho (ICD), com base em informações confiáveis e verificáveis.

Sobre a referida norma e a avaliação de desempenho ambiental (ADA), assinale a alternativa incorreta.

- a) Os objetivos ambientais de uma organização são resultados mensuráveis da gestão da organização sobre seus aspectos ambientais.
- b) A ADA é igualmente aplicável a pequenas e grandes empresas e pode ser usada para apoiar um sistema a) da gestão ambiental (SGA) ou utilizada de forma independente.
- b) A ADA é um processo contínuo de coleta e avaliação de dados e informações para fornecer uma avaliação atual de desempenho, bem como as tendências de desempenho ao longo do tempo.
- c) A NBR ISO 14.031:2015 não estabelece níveis de desempenho ambiental.
- d) A NBR ISO 14.031:2015 é genérica, não incluindo orientações sobre um método específico para valorizar ou ponderar diferentes tipos de impactos, dentro de diferentes tipos de setores ou disciplinas.

PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL

Cadu Carrilho

45. São objeto de proteção como direitos autorais:

- a) A) as ideias, procedimentos normativos, sistemas, métodos, projetos ou conceitos matemáticos como tais;
- b) os formulários em branco para serem preenchidos por qualquer tipo de informação, científica ou não, e suas instruções;
- c) os textos de tratados ou convenções, leis, decretos, regulamentos, decisões judiciais e demais atos oficiais;
- d) os programas de computador;
- e) o aproveitamento industrial ou comercial das ideias contidas nas obras.

ENERGIA E TEMAS CORRELATOS*Mariana Moronari*

46. Em 2004, houve grandes e importantes mudanças no setor brasileiro de energia elétrica com a implementação de um novo modelo institucional. Neste contexto, assinale a alternativa correta acerca dos diferentes agentes que atuam no novo modelo do setor elétrico brasileiro.

- a) O Comitê de Monitoramento do Setor elétrico Brasileiro (CMSE) atua como operador do mercado brasileiro de energia, sendo responsável pela administração dos contratos de compra e venda de energia elétrica.
- b) Entre outras competências da Empresa de Pesquisa Energética, está a elaboração e publicação quinquenal do Balanço Energético Nacional (BEN), que reúne a extensa pesquisa e a contabilidade relativas à oferta e ao consumo de energia no Brasil.
- c) O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) foi criado com a função de acompanhar e avaliar a continuidade e segurança do suprimento elétrico em todo território nacional.
- d) Compete à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aprovar as regras e os procedimentos de comercialização de energia elétrica, contratada de forma regulada e livre.
- e) O órgão do Governo Federal responsável por conduzir as políticas energéticas do país é o Ministério de Minas e Energia.

47. Os direitos e deveres dos usuários dos serviços de energia elétrica estão previstos na Resolução Normativa da Aneel nº 1.000/2021, que consolida as principais regras para a prestação do serviço público de energia elétrica.

- I- A distribuidora deve disponibilizar material informativo com os principais direitos e deveres dispostos no Anexo I da Resolução apenas nos postos de atendimento presencial, em local de fácil visualização e de forma impressa ou eletrônica.
- II- Se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção por razões de ordem técnica ou de segurança em instalações do consumidor e demais usuários.
- III- Um dos principais direitos do consumidor responsável por unidade consumidora do Grupo B é receber um serviço adequado, que satisfaça as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.
- IV- Conforme definido na Resolução Normativa ANEEL n.º 1.000/2021, a unidade consumidora que opera com uma tensão de conexão maior ou igual a 2,3 kV e menor ou igual a 25 kV é classificada como o subgrupo A4.

Assinale a alternativa que contempla apenas os itens corretos.

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) I e III.
- d) I, II, III e IV.
- e) I, II e IV.

48. Com relação ao regime de preços e tarifas dos vários segmentos do setor elétrico, julgue os itens.

- I- A modalidade tarifária horária branca é caracterizada por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica de acordo com as horas de utilização do dia, sendo segmentada apenas em posto tarifário ponta e posto horário fora de ponta.
- II- A unidade consumidora do grupo B deve ser enquadrada na modalidade tarifária convencional, de forma compulsória e automática para todas as unidades consumidoras.
- III- Modalidade tarifária é definida como o conjunto de tarifas aplicáveis exclusivamente à componente de consumo de energia elétrica.

Assinale a alternativa que contempla apenas os itens corretos.

- a) I.
- b) II.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I e III.

49. Com relação à matriz energética brasileira e às noções de geração de energia elétrica baseada em fontes renováveis e não renováveis de energia, assinale a alternativa correta.

- a) Na matriz energética brasileira, as fontes renováveis se destacam apresentando um maior percentual do que as não renováveis.
- b) O Sistema Interligado Nacional (SIN) é um sistema bem extenso que inclui todo o território brasileiro em sua interligação.
- c) O bagaço de cana de açúcar e o gás natural são considerados fontes renováveis de energia.
- d) Considerando-se a emissão dos gases de efeito estufa, a fonte hidráulica não pode ser considerada uma fonte limpa.
- e) Com relação à matriz energética brasileira, a fonte que mais contribui para a oferta interna de energia do Brasil é proveniente da fonte hidráulica.

SERVIÇO PÚBLICO

Herbert Almeida

50. Maria é proprietária de uma pequena padaria em sua cidade. Devido a dificuldades financeiras, ela não conseguiu pagar as contas de energia elétrica dos últimos três meses. A concessionária responsável pelo fornecimento de energia enviou vários avisos informando sobre a possibilidade de interrupção do serviço caso o pagamento não fosse realizado. Na terça-feira, após o horário comercial, a energia elétrica da padaria de Maria foi cortada pela concessionária, em virtude do inadimplemento. Diante dessa situação, Maria questionou a legalidade do corte de energia, alegando que houve descontinuidade do serviço essencial sem observar as devidas formalidades legais. Acerca dos serviços públicos, assinale a alternativa correta, com base na Lei nº 8.987/1995 e na jurisprudência dos Tribunais Superiores:

- a) é legítima a interrupção do fornecimento de energia elétrica em razão de inadimplemento ou por razões de ordem técnica, quando houver o devido aviso prévio pela concessionária sobre a possível suspensão do serviço.
- b) é viável a suspensão do fornecimento de energia elétrica em razão de débitos antigos.
- c) é legítimo o corte no fornecimento de energia elétrica em razão de débito, mesmo que esse seja considerado irrisório.
- d) fica autorizada a suspensão da prestação de serviço em virtude de inadimplemento por parte do usuário, ainda que a suspensão se inicie na sexta-feira, no sábado ou no domingo.
- e) a obrigação de pagar por serviço de natureza essencial, tal como o de energia, é *propter rem*, ou seja, acompanha o imóvel, devendo ser assumida por eventual novo proprietário de imóvel inadimplente.

EIXO TEMÁTICO 4**PLANEJAMENTO E GESTÃO DE OBRAS***Guilherme Venturim*

51. Iniciando sua jornada como investidor, Henrique aplicou R\$ 100.000,00 por um período de 6 meses, a uma taxa de juros simples de 5% ao mês. No vencimento da aplicação, Henrique sacou 50% do total recebido e reaplicou o restante por mais 3 meses a uma taxa de juros compostos de 12% ao trimestre. Após o período da segunda aplicação, espera-se que o montante recebido, em reais, seja de:

- a) R\$ 130.000,00
- b) R\$ 88.400,00
- c) R\$ 72.800,00
- d) R\$ 91.320,32
- e) R\$ 65.000,00

52. Uma empresa está avaliando dois projetos de investimento mutuamente excludentes, ou seja, somente um deles pode ser selecionado. Os projetos possuem os seguintes indicadores financeiros:

Projeto A:

- Valor Presente Líquido (VPL): R\$25.000,00
- Taxa Interna de Retorno (TIR): 12%
- Payback: 2 anos

Projeto B:

- Valor Presente Líquido (VPL): R\$38.000,00
- Taxa Interna de Retorno (TIR): 10%
- Payback: 3 anos

Com base nos dados fornecidos e na Taxa Mínima de Atratividade (TMA) de 5% estabelecida pela empresa, qual desses projetos deve ser selecionado?

- a) Ambos devem ser selecionados, pois possuem VPL positivo e TIR superior a 5%.

- b) Nenhum deles, pois não há projeto que se destaca nos indicadores VPL e TIR, simultaneamente.
- c) O projeto B, pois possui payback e VPL mais atrativos.
- d) O projeto A, pois apresenta maior TIR e menor payback.
- e) O projeto B, pois apresenta VPL superior.

PLANEJAMENTO E GESTÃO DE OBRAS*Felipe Canella*

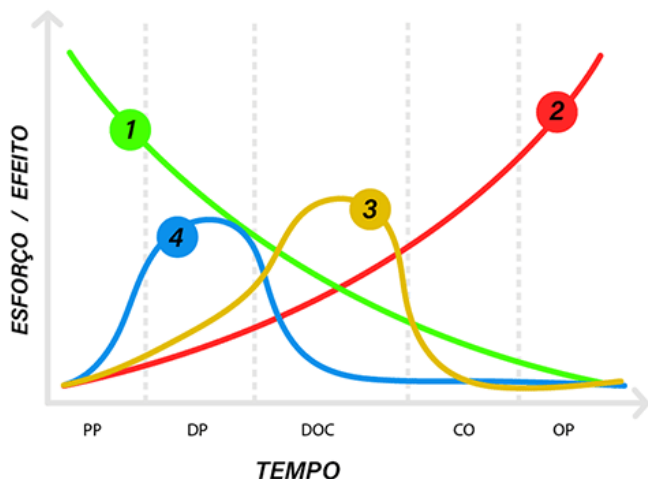
53. Um dos mais renomados autores sobre Qualidade, William E. Deming, propôs que a qualidade tivesse foco no cliente, trazendo a satisfação do cliente como pilar essencial para a estratégia em Gestão da Qualidade. Além disso, o autor contribuiu com diretrizes importantes para os gestores nas organizações, conhecidas como "14 pontos". Alguns desses pontos estão descritos abaixo, à exceção de:

- a) criar constância de propósito.
- b) acabar com a dependência da inspeção como forma de se obter qualidade.
- c) acabar com a prática de priorizar negócios com base no preço.
- d) mobilidade elevada da administração.
- e) eliminar o medo.

PLANEJAMENTO E GESTÃO DE OBRAS

Andressa Lisboa

54. A figura a seguir ilustra quatro possíveis curvas relacionadas ao fluxo de trabalho em um empreendimento de construção civil, desde a fase de projeto preliminar até sua operação.



Assinale qual destas curvas corresponde ao fluxo de projeto BIM.

- 1
- 2
- 3
- 4
- O fluxo BIM não está representado no gráfico.

POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS À INFRAESTRUTURA

André Rocha

55. A Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010) trouxe ao país uma série de inovações para a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos, resultado de 21 anos de discussões sobre o tema no Congresso Nacional.

Sobre a proibição ou não de formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos, assinale a alternativa incorreta.

- É vedado o lançamento em quaisquer corpos hídricos, mas as bacias de decantação de resíduos ou rejeitos industriais ou de mineração devidamente licenciadas não são consideradas corpos hídricos se for assegurada sua impermeabilização.
- É vedado o lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração.
- É vedada a queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade, embora a queima de resíduos a céu aberto possa ser realizada quando for decretada emergência sanitária e for autorizada e acompanhada pelos órgãos competentes.
- É vedado o lançamento de resíduos sólidos em praias ou no mar.
- É vedado o uso de incineradores de resíduos e rejeitos no Brasil.

POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, DE TRANSPORTES E DA HABITAÇÃO ESTATUTO DAS CIDADES

Núbia Ferreira

56. São princípios estabelecidos pela Política Nacional de Transportes (PNT):

- Respeito à vida;
- Eficiência logística;
- Desenvolvimento econômico, social e regional;
- Responsabilidade socioambiental.

Quais estão corretas?

- Apenas II.
- Apenas I e II.
- Apenas III e IV.
- Apenas I, III e IV.
- I, II, III e IV.

LEI NO 11.488/2007 E ALTERAÇÕES (CRIA O REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA – REIDI)*Arthur Conde*

57. Com base no disposto na Lei nº 11.448/2007 – REIDI, julgue os itens a seguir:

- I - A pessoa física que deseja aderir ao Reidi terá isenção de Contribuição do PIS/PASEP e COFINS somente nas transações envolvendo o mercado interno.
- II - Os benefícios que o Reidi concede podem ser usufruídos, tanto para vendas/aquisições no mercado interno, quanto nas importações, pelo prazo de 10 (dez) anos.
- III - A adesão ao Reidi somente é permitida para a aprovação de um único projeto aprovado, mesmo que seja uma Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa.
- IV - o REIDI abrange a venda de materiais de construção, quando adquiridos por pessoa jurídica habilitada ao regime, para incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao seu ativo imobilizado
- V - As empresas que já tenham projeto em andamento de construção de infraestrutura nas áreas delineadas do REIDI podem aderir ao programa e terão seus abatimentos da não exigência tributária em uma única parcela, não possuindo escolha quanto ao prazo de abatimento desses créditos, ainda que seja Microempresa.

A quantidade de itens corretos é:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

INFRAESTRUTURA DE ENERGIA ELÉTRICA: DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA; COMPARTILHAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO E TRANSMISSÃO; DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA – DUP*Mariana Moronari*

58. Acerca da infraestrutura de energia elétrica, do seu compartilhamento e da declaração de utilidade pública associada, julgue os itens a seguir.

- I- As disposições apresentadas na REN 1.044/2022 aplicam-se ao compartilhamento de infraestrutura de concessionárias e permissionárias de energia elétrica apenas com agentes do mesmo setor e com os agentes dos setores de telecomunicações.
- II- O compartilhamento não se limita ao uso da capacidade excedente de cada infraestrutura disponibilizada pelo detentor, estendendo-se à infraestrutura utilizada para a prestação efetiva do serviço de energia elétrica.
- III- A REN 1.044/2022 dispõe sobre os procedimentos para o compartilhamento de infraestrutura de concessionárias e permissionárias de energia elétrica exclusivamente como meio de suporte para instalação de equipamentos de terceiros.
- IV- Cabe ao Poder Concedente, declarar a utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à implantação de instalações de concessionários, permissionários e autorizados de energia elétrica.

Assinale a alternativa que contempla apenas os itens incorretos.

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) I e III.
- d) I, II, III e IV.
- e) I, II e IV.

ACESSIBILIDADE*Ricardo Torques*

59. A acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social. São sujeitas ao cumprimento das regras de acessibilidade previstas no Estatuto da Pessoa com Deficiência, e de outras normas relativas à acessibilidade, sempre que houver interação com a matéria nela regulada:

I - a aprovação de projeto arquitetônico e urbanístico ou de comunicação e informação, a fabricação de veículos de transporte coletivo, a prestação do respectivo serviço e a execução de qualquer tipo de obra, quando tenham destinação pública ou coletiva;

II - a outorga ou a renovação de concessão, permissão, autorização ou habilitação de qualquer natureza;

III - a aprovação de financiamento de projeto com utilização de recursos públicos, por meio de renúncia ou de incentivo fiscal, contrato, convênio ou instrumento congênere; e

IV - a concessão de aval da União para obtenção de empréstimo e de financiamento internacionais por entes públicos ou privados.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II
- b) Somente I
- c) I, III e IV
- d) I, II, III e IV
- e) I, II e IV.

ACESSIBILIDADE*Núbia Ferreira*

60. No projeto das áreas externas de um edifício público em uma cidade brasileira, será necessário, para atender ao requisito de acessibilidade a

peças com deficiência, vencer um desnível de 0,60 m por meio de rampa. O comprimento mínimo necessário dessa rampa, segundo a norma de acessibilidade aplicável, é

- a) 4,80 m
- b) 6,00 m
- c) 7,20 m
- d) 9,60 m
- e) 10,00 m

EIXO TEMÁTICO 5**ENGENHARIA CARTOGRÁFICA E
GEOPROCESSAMENTO***Monik Begname*

61. A definição “é a distância em graus de um ponto na superfície terrestre até a Linha do Equador.” refere-se a qual elemento cartográfico?

- a) Escala
- b) Longitude
- c) Hemisfério
- d) Legenda
- e) Latitude

62. O processo de generalização cartográfica, realizado de maneira apropriada, resultará em uma mensagem espacial que é eficientemente estruturada pelo usuário. Nesse contexto, um processo que estabelece o número total de feições de uma classe que será ou não representado no mapa recebe uma denominação específica, que é a de:

- a) omissão seletiva.
- b) reclassificação.
- c) simplificação.
- d) combinação.
- e) agregação.

63. Qual o método de posicionamento que se baseia no fato de que a solução do vetor de ambiguidades, presente numa linha base a determinar, requer que a geometria envolvida entre as estações e os satélites se altere. E, portanto, devem-se então coletar os dados pelo menos duas vezes em curtos períodos na mesma estação.

- a) Absoluto.
- b) Relativo semicinemático.
- c) Relativo estático rápido.
- d) Relativo cinemático em tempo real.
- e) Ponto preciso.

64. Acerca dos temas de geoprocessamento e sensoriamento remoto, julgue os seguintes itens.

- I. As imagens de sensoriamento remoto são armazenadas na forma matricial, cujo tamanho do pixel está relacionado à resolução espacial.
- II. As ondas de radar apresentam comprimentos inferiores ao do espectro visível.
- III. Os radares não possuem sua própria fonte de energia na faixa de micro-ondas; por isso captam a energia refletida pelo alvo em estudo.

Estão corretas as afirmativas

- a) I, apenas
- b) III, apenas
- c) I e II, apenas
- d) II e III, apenas
- e) I, II e III

65. O Sistema Global de Navegação por Satélite (GNSS) refere-se ao conjunto de constelações de satélites artificiais utilizados para posicionamento na superfície da Terra. Dadas as afirmativas sobre o GNSS,

- I. Determina a posição de um ponto da superfície terrestre disponibilizando suas coordenadas geodésicas: latitude, longitude e altitude elipsoidal.

II. As altitudes obtidas através do posicionamento GNSS podem substituir as altitudes obtidas através do nivelamento geométrico.

III. Os métodos de levantamento por GNSS e de levantamento topográfico, quando devidamente combinados, oferecem praticidade no levantamento realizado em áreas de difícil acesso, embora não possibilite levantamento preciso.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

ENGENHARIA CARTOGRÁFICA E GEOPROCESSAMENTO

Alexandre Vastella

66. Sistemas de Informação Geográfico (SIG) são ferramentas computacionais que permitem o geoprocessamento, auxiliando na tomada de decisões. Neste contexto, os SIGs comportam dados do tipo

- a) vetorial, representado por matrizes de pontos, linhas e polígonos em grades regulares denominadas pixels.
- b) matricial, suportado por uma estrutura topológica, permitindo relacionamentos e regras de vizinhança, além de cálculos de modelagem e álgebra.
- c) vetorial, representado por estruturas geométricas de dados alfanuméricos e espaciais, desconectados de bancos de dados geográficos.
- d) vetorial, cuja estrutura básica são pares de coordenadas, que suportam a representação de pontos, linhas e polígonos.
- e) matricial, em que se limita a associação de dados qualitativos em função de sua estrutura básica não permitir o cálculo de áreas.

67. De acordo com Paulo Roberto Fitz, geotecnologias são um conjunto de tecnologias voltadas à coleta, ao processamento, à análise e à disponibilização de dados e informações espaciais. Neste contexto, assinale a alternativa correta

- a) Os sensores remotos coletam dados vetoriais que são processados para serem visualizados como imagens e que também podem sofrer tratamentos para identificação de diversos fenômenos
- b) Sistemas de Informações Geográficas (SIG) são sinônimos de geoprocessamento, permitindo o tratamento de dados espaciais, inclusive integrando os dados espaciais a dados não espaciais, com o intuito de extrair informações
- c) Sistemas de Informações Geográficas (SIGs) são geotecnologias responsáveis pelo tratamento computacional de dados geográficos, sendo ferramentas centrais no geoprocessamento.
- d) O sensoriamento remoto é o conjunto de técnicas e instrumentos para adquirir dados sobre objetos por meio de medições altimétricas e planimétricas em campo.
- e) O compartilhamento de dados em ambientes WebGIS diminui a relevância dos metadados.

68. Os dados espaciais, em SIG, têm dois formatos primários (arranjo de dados para armazenamento ou apresentação): raster/matricial e vector/vetorial.

Com relação às suas particularidades, assinale a alternativa verdadeira

Fonte: https://docs.ufpr.br/~firk/pessoal/Carro_Digital/BED3.pdf

- a) Feições representadas de acordo com o modelo de dados vetorial são menos precisas do que modelo matricial, tendo em vista sua estrutura rígida em campos contínuos.
- b) Em SIG, um vetor é a representação gráfica de feições como mapa, sem o efeito de generalização de uma coordenada matricial.
- c) No formato matricial, as linhas são compostas por vértices e pares de coordenadas.

d) As células matriciais são armazenadas e apresentadas como células, mas no formato vetorial somente os nós e os vértices são armazenados (as cadeias são elementos virtuais apresentados por conveniência).

e) Um ponto num sistema vetorial é uma única célula, mas no sistema matricial um ponto é apenas um nó representado por um símbolo com suas coordenadas de posição associadas.

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

69. O objetivo de uma pesquisa era o de se obter, relativamente aos moradores de certo bairro, informações sobre duas variáveis: qual o grau de escolaridade e time para o qual cada um torce. Para cumprir tal objetivo, todos os moradores foram entrevistados e perguntados quanto ao grau de escolaridade, e, dentre todos os moradores, foram selecionados aleatoriamente 400 para informar para qual time torciam.

As abordagens utilizadas para as variáveis grau de escolaridade e time para o qual cada servidor torce foram, respectivamente,

- a) amostragem sistemática e amostragem aleatória simples.
- b) censo e amostragem aleatória simples
- c) amostragem aleatória simples e amostragem sistemática
- d) amostragem sistemática e amostragem por conglomerados
- e) censo e amostragem por conglomerados

70. Uma amostra aleatória de 400 eleitores revelou 64% de preferências pelo candidato X.

Sabendo-se que $P(Z > 1,96) = 0,025$, então o intervalo de 95% de confiança para a proporção de eleitores que preferem X é:

- a) $0,64 \pm 0,047$
 - b) $0,64 \pm 0,052$
 - c) $0,64 \pm 0,056$
 - d) $0,64 \pm 0,064$
 - e) $0,64 \pm 0,085$
-

Discursiva

Vila Saúde é uma cidade brasileira com uma população de 500.000 habitantes, situada em um país em desenvolvimento. A região tem enfrentado desafios significativos na área da saúde, incluindo altas taxas de doenças infecciosas e uma cobertura vacinal abaixo das metas estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Para abordar esses desafios, o governo local, com apoio de organizações internacionais, decidiu implementar um programa de vacinação universal, com o objetivo de aumentar a cobertura vacinal para 95% da população em cinco anos.

Objetivos do Programa: aumentar a cobertura vacinal contra doenças infecciosas prioritárias, como sarampo, poliomielite e HPV; reduzir a incidência dessas doenças e suas complicações na população; e promover a conscientização sobre a importância da vacinação na prevenção de doenças.

Nesse contexto, considerando todas as informações oferecidas, elabore um texto dissertativo que apresente uma estratégia de avaliação para esse programa que aborde os seguintes tópicos:

- a) Mencione ao menos duas ações para a implementação do programa;
- b) Mencione ao menos dois possíveis desafios enfrentados por essa política;
- c) Apresente, ao menos, uma possível articulação da política em questão com outras políticas;
- d) Apresente o público-alvo da política;
- e) Explique o que é eficiência, eficácia e efetividade. Proponha ao menos um indicador de processo, de resultado e de impacto.

Extensão: até 45 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
